



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTANCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E IMPLICAÇÕES NO  
CURRÍCULO ESCOLAR**

**Bruna Dalcin Gattiboni**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2014**

# **GESTÃO DEMOCRÁTICA E IMPLICAÇÕES NO CURRÍCULO ESCOLAR**

**Bruna Dalcin Gattiboni**

**Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação a Distância  
Especialização *Latu-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção  
do título de Especialista em Gestão Educacional**

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ms. Nádia Pedrotti Drabach

**Santa Maria, RS, Brasil  
2014.**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-graduação à Distância  
Especialização *Latu-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E IMPLICAÇÕES NO  
CURRÍCULO ESCOLAR**

Elaborada por  
**Bruna Dalcin Gattiboni**

Como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Nádia Pedrotti Drabach, Ms. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Lúcia Bernadete Fleig Koff, Ms. (UFSM)**

---

**Letícia Ramalho Brittes, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

---

**Elisiane Machado Lunardi, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**  
(suplente)

Santa Maria, 28 de novembro de 2014.

*“Dedico esse trabalho  
a todos aqueles  
que de alguma forma  
estiveram e estão  
próximos de mim,  
fazendo esta vida  
valer cada vez  
mais a pena...”*

## Agradecimentos

Não me deterei aqui em citar nomes, pois acredito que nesta caminhada são muitas as pessoas as quais devo meus sinceros agradecimentos. Umas de convívio diário, outras nem tanto, e ainda algumas que nem compreenderiam o porquê de serem citadas aqui, mas acredito que a maioria dessas pessoas que de certa forma se tornaram especiais para mim, saberão que é para elas que escrevo.

Sou grata àqueles que sempre torceram por mim e nunca me abandonaram; que, na noite, quando perto protegeram meu sono e quando longe, sonhavam com meu futuro; àqueles que, com um simples sorriso conseguiam derrubar toda minha amargura e me tornar criança novamente; àqueles que amo e que me amam recíproca e desinteressadamente. Gostaria de registrar aqui que o fruto que ora colho, a vocês dedico como troca pelas horas ausentes, pela compreensão, pelo beijo na despedida e o abraço de retorno. Porque foram vocês o bálsamo de amor para todas as feridas desta caminhada.

Sou grata também aqueles que na árdua procura pelo saber, foram mais que professores, foram mestres e amigos. Mostraram-me que cada dificuldade nos traz uma meta a transcender, cada inconveniente é um desafio, que cada circunstância é uma possibilidade. Minha gratidão aqueles que fizeram do magistério um ideal, mesclando a arte de ensinar com o dom da convivência, tornando-se meus amigos e transmitindo suas experiências que grandemente ajudaram na minha formação.

Meus sinceros agradecimentos!

## RESUMO

Monografia de Especialização  
Curso de pós-graduação a distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

# GESTÃO DEMOCRÁTICA E IMPLICAÇÕES NO CURRÍCULO ESCOLAR

AUTORA: BRUNA DALCIN GATTIBONI  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. Ms. NÁDIA PEDROTTI DRABACH  
Data e Local da Defesa: Cacequi, 28 de novembro de 2014.

O currículo escolar abarca as experiências de aprendizagens que são implementadas pela gestão das instituições escolares. A gestão escolar requer mudanças nas estruturas organizacionais e paradigmas que fundamentam a construção de uma proposta educacional, assim como deve estar além dos padrões vigentes, pois administrar a educação constitui-se de um fazer coletivo, em constante processo de mudança. Nesse sentido, esta pesquisa problematizou o processo de gestão e sua importância no currículo escolar. Diante disso, apresentou-se a proposição de investigar as implicações inerentes à escola que interferem no currículo escolar, bem como as implicações inerentes ao currículo que interferem na gestão da escola e, por fim, foi identificada e analisada a presença das políticas públicas de educação nos currículos escolares e nos processos de gestão. Para tanto, apoiou-se na abordagem qualitativa, utilizando como procedimento a pesquisa bibliográfica, apresentando, assim, a interpretação de uma realidade materializada em escritos bibliográficos, na qual apresentei aquilo que signifiquei como uma “possível” leitura dos arranjos, configurados como plausíveis para que se pudesse compreender estas questões. A mudança de que se fala é aquela que está baseada em novos paradigmas da sociedade e do conhecimento, os quais fundamentam a concepção de qualidade de educação, definindo a finalidade da escola. A construção de um processo de gestão democrática implica repensar a lógica de organização e participação na escola.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Currículo. Escola.

## **ABSTRACT**

Specialization Monograph  
Distance Education Graduation Course  
*Lato-Sensu* Specialization in Education Management  
Federal University of Santa Maria

# **DEMOCRATIC MANAGEMENT AND IMPLICATIONS IN SCHOOL CURRICULUM**

AUTHOR: BRUNA DALCIN GATTIBONI  
ADVISOR: PROF<sup>a</sup>. Ms. NÁDIA PEDROTTI DRABACH  
Date and Local of Defense: Cacequi, 28<sup>th</sup> november 2014.

The school curriculum covers the learning experiences implemented by educational institutions management. The school management requires changes in organizational structure and over the paradigms that underlie the construction of an educational proposal, as well as it must be beyond the current standards, considering that education management constitutes a collective do, in a constant process of change. In this sense, this research problematized the management process and its importance in the school curriculum. Therefore, we proposed to investigate inherent implications to school that interfere in its curriculum as well as the inherent implications to curriculum that interfere in school management and, finally, it was identified and analyzed the presence of public education policies in school curriculum and in management processes. To do so, we leaned on a qualitative approach, using as procedure the literature review, thus presenting an interpretation of a materialized reality in bibliographic writings, in which we presented what we meant as "possible" interpretation of arrangements, configured as plausible to understand these issues. The change we mentioned is that one based on new paradigms of knowledge society, which underlie the concept of quality education, defining the school purpose. The construction of a democratic management involves rethinking all the organization logic and participation in school.

keywords: Democratic Management. Curriculum. School.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>09</b> |
| <b>Encaminhamentos Metodológicos .....</b>   | <b>13</b> |
| <b>CAPÍTULO 1: O CONCEITO DE CURRÍCULO, A PLURALIDADE TEÓRICA<br/>QUE O RODEIA E O SEU PAPEL NOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO E<br/>REPRODUÇÃO SOCIAL .....</b> | <b>15</b> |
| 1.1) Um conceito de currículo .....  | 15        |
| 1.2) Das teorias tradicionais às teorias críticas: conhecendo um percurso .....  | 18        |
| 1.2.1) Teorias tradicionais .....  | 19        |
| 1.2.2) Teorias Críticas .....  | 21        |
| 1.2.3) Teorias Pós-críticas .....  | 22        |
| 1.2.4) Identidade, saber e poder: significações do currículo .....   | 24        |
| <b>CAPÍTULO 2: A PRESENÇA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO<br/>NOS CURRÍCULOS ESCOLARES E NO PROCESSO DE GESTÃO .....</b>                              | <b>27</b> |
| 2.1) O currículo escolar e o processo de gestão.....   | 29        |
| <b>CAPÍTULO 3: IMPLICAÇÕES “NO E DO” CURRÍCULO NO AMBIENTE<br/>ESCOLAR .....</b>   | <b>33</b> |
| 3.1) A escola como espaço público .....  | 33        |
| 3.2) A gestão escolar e o papel do currículo no PPP .....  | 34        |
| 3.3 ) Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar .....  | 35        |
| 3.4) Sistema de avaliação .....  | 36        |
| 3.5) Gestão democrática e a organização da escola .....  | 36        |
| 3.6) O professor e o programa de formação docente .....  | 37        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>39</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>41</b> |



## INTRODUÇÃO

Uma vez que chega a hora de apresentar os caminhos que me levaram a cursar a especialização de Gestão Educacional, o percurso percorrido no decorrer desta especialização e os caminhos que me trouxeram até a presente pesquisa, julgo necessário, em primeiro lugar, explicar a importância deste curso para o cenário atual da educação em nosso país. Acredito ser fundamental, o curso de gestão escolar, para todos os profissionais da área de educação, pois este oferece um amparo legal para a concepção de uma autonomia escolar, o que favorece a construção da gestão democrática que tanto se houve falar atualmente. E também o compromisso com a construção de uma identidade educacional, o que está disposto na Lei 9394-96, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Plano Nacional da Educação (PNE).

Com isso, o curso trata da formação de especialistas para atuar em diferentes setores dentro da escola, pois o gestor educacional é um docente apto para exercer tanto funções pedagógicas, como funções administrativas na perspectiva de uma gestão democrática. Este é um processo de superação da divisão do trabalho na instituição escolar e nos sistemas educacionais. Nesse sentido, no decorrer do curso as diferentes disciplinas apresentaram como objetivo a compreensão crítica dos sistemas escolares, seus aspectos administrativos, técnicos, pedagógicos, políticos, econômicos e culturais com a finalidade de uma organização escolar mais democrática proporcionando aos profissionais da área tenham a capacidade de analisar e refletir sobre o sistema escolar brasileiro, a partir das políticas educacionais vigentes. E, nessa perspectiva, um dos objetivos do curso é a elaboração de uma produção científica que seja relevante na área de gestão, fazendo parte da avaliação final.

Na busca de cumprir esta etapa proponho a presente pesquisa, por acreditar ser necessária uma reflexão sobre a relação entre o currículo e a gestão escolar. Esta preocupação se traduz na questão que norteia esta investigação: Qual é a relação entre o processo da gestão escolar e o currículo da escola?

Nesse sentido a pesquisa traz como objetivo geral: estudar o processo de gestão democrática na escola e as implicações no currículo escolar. E como objetivos específicos: 1) Refletir sobre o conceito de currículo, a pluralidade teórica que o rodeia e o seu papel nos processos de produção e reprodução social; 2) Identificar e analisar a presença das políticas públicas de educação nos currículos escolares e nos processos de gestão; 3) Investigar as implicações inerentes da escola que interferem no currículo escolar, bem como as implicações inerentes no currículo que interferem na gestão escolar.

Para tratar sobre o tema do currículo acredito ser fundamental refletir, primeiramente, sobre o conceito de educação, que para mim engloba ensinar e aprender. Pois a educação é algo menos tangível, mas mais profundo: instigar ao conhecimento e à sabedoria. A educação tem nos seus objetivos fundamentais a transmissão da cultura de geração para geração. Dessa maneira, o ambiente escolar é de extrema importância, pois nela podem ser reforçados ou analisados criticamente, os valores correntes na nossa sociedade. A reflexão sobre os valores é necessária, pois serve para verificar a coerência entre a prática e seus princípios, fazendo com que o aluno se torne consciente dos seus atos, e do importante papel da educação em sua formação integral. Para Zabala (1998), por trás de qualquer proposta metodológica da escola, se esconde uma concepção do valor que se atribui ao ensino, assim como algumas ideias mais ou menos formalizadas e explícitas em relação aos processos de ensinar e aprender.

A partir disso, torna-se fundamental analisar a escola como uma organização, entidade que se constitui de maneira complexa e alicerçada por forças materiais e recursos, considerando sistemas culturais e sociais nos quais está inserido. Importa, portanto, considerar a gestão escolar com todas as suas especificidades e especialmente em relação ao currículo.

A gestão democrática no âmbito escolar se torna um marco normativo na Constituição de 1988 que institucionalizou a Gestão Democrática, assegurando o princípio da educação pública gratuita e para todos no Brasil. A partir disso, a organização escolar ganha um novo foco, embasado por princípios de gestão democrática. Atualmente a proposta de gestão democrática nas escolas caminha para a construção de uma unidade de ensino

autônoma, com condições específicas para resolver suas responsabilidades educacionais e organizacionais. Como afirma Luck (2011, p. 45):

A nova óptica do trabalho de direção, organização e norteamento das ações de organizações educacionais, com objetivos de promover o desenvolvimento do ensino, voltado para a formação de aprendizagens significativas e formação dos alunos, lembra a necessidade e importância de que as decisões a respeito do processo de ensino e das condições específicas para realizá-lo sejam tomadas na própria instituição. O envolvimento tanto de quem vai realizar a prática como de seus usuários, na tomada de decisão, constitui-se em condição básica da gestão democrática, efetividade de ações e autonomia da escola.

Sendo uma prática complexa, a construção do currículo escolar, toma diversos e distintos enfoques e aprofundamentos, dependendo da gestão escolar que o fundamenta, revelando posicionamentos de valor. Com isso todo trabalho pedagógico se fundamenta em pressupostos filosóficos, pois escola, professor e gestor assumem posturas mais tradicionais ou mais libertadoras, mostrando assim sua visão de mundo no desenvolvimento do currículo.

Desta forma, segundo Santos e Moreira (1995) se o currículo valorizar mais o conteúdo que a forma, a palavra está sendo compreendida como conhecimento escolar, que é então tratado didaticamente e pedagogicamente pela escola, pretendendo assim o que seja aprendido e aplicado pelo aluno. Mas se o currículo for compreendido como experiências a serem vividas pelo aluno, o que está sendo considerado, é a forma, e o currículo passa a ser entendido como uma experiência de aprendizagem. Entretanto, qualquer uma das formas de entendimento do currículo, visa favorecer a construção e assimilação dos conhecimentos.

Para Moreira e Silva (2002, p. 7-8):

Compreender o currículo enquanto artefato social e cultural garante que ele não seja considerado um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada de conhecimento social, uma vez que produz identidades individuais e sociais particulares, não sendo transcendente e atemporal.

Para Gadotti (1998, p. 36) “a prática educativa não é apenas exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos de conhecimentos e experiências culturais, que os tornam preparados para atuar no meio social”. Com isso, os indivíduos tornam-se capazes de se transformar em função de suas atividades econômicas, sociais ou políticas. A escola tem um papel fundamental, pois traz consigo a função de democratização dos conhecimentos que são produzidos historicamente pela humanidade, sendo um espaço de mediação entre a sociedade e o indivíduo, e nesse sentido, o conhecimento se torna a fonte de efetivação do processo de emancipação humana e de transformação social.

Nesse sentido, a gestão democrática torna-se fundamental no papel da construção do currículo, pois segundo Libâneo et al (2005), a gestão democrática valoriza a participação da comunidade escolar no processo de decisão, apostando na construção participativa e coletiva dos objetivos para o bom funcionamento da escola, havendo assim diálogo e consenso. Faz-se necessário elucidar que a gestão e a organização escolar, são os principais e mais importantes meios para se atingir as finalidades do ensino. Apenas existirá sentido, na melhoria das práticas de gestão escolar, construção de currículos e os processos democráticos, se estes mantiverem associados por um objetivo maior, a melhoria do ensino-aprendizagem, fator este de maior importância para a garantia da qualidade de ensino.

## Encaminhamentos Metodológicos

Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos. É um erro superestimar a metodologia, [...]. O mais importante é chegarmos onde nos propomos chegar, ou seja, a fazer ciência. (DEMO,2008, p.19).

A presente pesquisa apresenta a abordagem de pesquisa bibliográfica com enfoque qualitativo e se preocupa em responder questões referentes ao currículo escolar e suas interferências junto aos processos de gestão no desenvolvimento das atividades escolares. A pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade, centrando-se na compreensão e explicação das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.

Na pesquisa bibliográfica, procura-se referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. Para Gil (2007, p. 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são “as investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema”.

A metodologia é fundamental para qualquer pesquisa, a partir disso Silva diz que: “a metodologia tem como função mostrar a você como andar no “caminho das pedras” da pesquisa, ajudá-lo a refletir e instigar um novo olhar sobre o mundo: um olhar curioso, indagador e crítico”. (2005, p.9).

Iniciei a presente pesquisa fazendo um levantamento e uma investigação de referências teóricas (livros e artigos), buscando na produtividade desses estudos, argumentos e discussões que dessem embasamento e cujo investimento tem ao fim e ao cabo, a intenção de fomentar e fundamentar a discussão a cerca da relação do processo de gestão escolar com o currículo da escola. E, a partir disso, refletir sobre o conceito de currículo, a pluralidade teórica que o rodeia e o seu papel nos processos de produção e reprodução social, buscar e analisar a presença das políticas

públicas de educação nos currículos escolares e nos processos de gestão e também as implicações inerentes da escola que interferem no currículo escolar e as implicações inerentes do currículo que interferem na gestão escolar.

Esse processo de escolha dos materiais de pesquisa teve início quando me inscrevi para a seleção do curso de Gestão Educacional, em julho de 2013, o qual tinha como requisito de análise dos candidatos, previsto no edital, um anteprojeto de pesquisa, direcionado a área de gestão educacional / escolar. Depois que começaram as aulas e na medida em que cursava as disciplinas ia me apropriando dos materiais que eram significativos ao meu tema de pesquisa. Ao fim das disciplinas já tinha um acervo considerável. Entretanto comecei a fazer um filtro maior a respeito das questões que iria abordar na monografia, precisando assim recorrer a referenciais que viessem complementar as análises. Mergulhando nos referenciais procurei trabalhar com o conjunto de materiais existentes não com a intenção de buscar somente a análise, mas também com a intenção de procurar as implicações e recorrências que me possibilitassem a responder meus questionamentos.

Na sequência da pesquisa, passarei a apresentar aquilo que significo como uma “possível” leitura dos arranjos que configurei como plausíveis para que se possam compreender as questões acima citadas. Para tanto, apresento uma discussão dividida aqui em capítulos para uma melhor organização. Sendo que cada capítulo a seguir, busca responder cada um dos objetivos específicos desta pesquisa. No primeiro capítulo, serão trazidos alguns questionamentos importantes para podermos refletir, como os citados por Silva (2011, p.11), o que é uma teoria do currículo? Quais as principais teorias de currículo? E o que distingue as teorias do currículo entre si? No segundo capítulo tentarei resgatar a influência das políticas públicas de educação nos currículos escolares e no processo de gestão. E por fim no terceiro capítulo irei discorrer sobre as implicações do currículo no ambiente escolar e vice-versa.

# CAPÍTULO I

## O CONCEITO DE CURRÍCULO, A PLURALIDADE TEÓRICA QUE O RODEIA E O SEU PAPEL NOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL

### 1.1 Um conceito de currículo

O currículo é lugar, espaço, território.  
O currículo é relação de poder.  
O currículo é trajetória, viagem, percurso.  
O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade.  
O currículo é texto, discurso, documento.  
O currículo é documento de identidade. (SILVA, 2011)

Para dar início a uma discussão sobre currículo e suas relações com o ambiente escolar, julgo necessário primeiro ir em busca de sua definição. Nesse sentido, na sua etimologia a palavra currículo, tem origem no latim *curriculum*, que significa “*pista de corrida*” ou simplesmente “*corrida*”.

O currículo no discurso escolar é, segundo Silva (2011), a especificação precisa dos objetivos, dos procedimentos e dos métodos para uma obtenção de resultados que podem ser mensurados precisamente. Existem diversas teorias que discursam a respeito do currículo. Entretanto cada uma é desenvolvida de acordo com suas especificidades históricas e conceituais próprias, e nesse sentido, as teorias acabam lançando olhares a respeito do pensamento curricular e criando conceitos que se tornam importantes para uma compreensão mais profunda a respeito da realidade escolar e os processos educacionais existentes nesse contexto.

Nesse sentido, o currículo não é mais visto somente como um corpo neutro de conhecimentos, referindo-se apenas a técnicas e normas curriculares, mas é visto como um campo que está ligado aos aspectos sociais, políticos e culturais de determinada sociedade, carregando assim, certa intencionalidade.

O currículo escolar abarca as experiências de aprendizagens que são implementadas pela gestão das instituições escolares. Neste devem estar contidos todos os conteúdos que deverão ser explanados na metodologia e no

processo de ensino e aprendizagem dos diferentes níveis de ensino. O mesmo precisa contribuir para que se construa a identidade dos alunos, ressaltando suas potencialidades, sua individualidade e a sua criticidade a cerca do contexto no qual está inserido.

Sendo assim, para Silva (1996),

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.(p.23)

Entretanto, um olhar crítico se faz necessário, quando se fala em entendimento de currículo. De acordo com Moreira e Silva (2002, p.28), “o currículo enquanto um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação, recriação e, sobretudo de contestação e transgressão”.

Para Campos (2007, p. 33),”O currículo congrega experiências, práticas, teorias, conceitos e conteúdos diversos. É trajetória, caminho a ser seguido, rota, é trilha, ou seja, é o que tornamos em formação, é nossa identidade.” Entendo então, que o currículo pode ser uma espécie de “guia”, que orienta o caminho a ser percorrido, e caberá então a instituição a responsabilidade de fundamentar, avaliar e implementar a sua proposta curricular. Sendo assim, compreendo o currículo enquanto organização do conhecimento no âmbito escolar. E esse conhecimento não pode ser entendido como basicamente uma simplificação do conhecimento científico. Partindo dessa premissa, a instituição deve promover uma reflexão acerca do processo de produção do conhecimento, posto que ele é, ao mesmo tempo, processo e produto. (VEIGA, 2009).

Nesse sentido, torna-se fundamental analisar a importância do currículo escolar para o processo de construção de uma gestão escolar participativa. A gestão escolar de acordo com Bordignon et al (2004), requer mudanças nas estruturas organizacionais e paradigmas que fundamentam a construção de uma proposta educacional, assim como deve estar além dos padrões vigentes, pois administrar a educação constitui-se de um fazer coletivo, em constante



processo de mudança. Mudança esta que está baseada em novos paradigmas da sociedade e do conhecimento, os quais fundamentam a concepção de qualidade de educação, definindo a finalidade da escola.

A construção de um processo de gestão democrática implica repensar a lógica de organização e participação na escola. Nessa direção, como vimos anteriormente, é fundamental discutirmos os mecanismos de participação na escola, suas finalidades e a definição de ações e metas a serem construídas coletivamente pelos diferentes segmentos que compõem a escola ou que dela devem participar.

A efetiva construção da gestão escolar democrática acarreta ponderar e pensar a participação e organização nas relações e dinâmica da escola, tendo como princípio a discussão dos mecanismos de participação, as finalidades da escola, da mesma maneira que, a definição de metas e a tomada de decisão consciente e coletiva. Considerar a gestão democrática participativa abarca também, ampliar os horizontes políticos, históricos e culturais das instituições de educação, objetivando alcançar mais autonomia. (BRASIL, 2005).

A gestão democrática escolar passa a ser uma espécie de norma, na Constituição de 1988, que institucionaliza a Gestão Democrática, assegurando o princípio da educação pública no Brasil. Com isso, a escola e sua organização ganha um novo papel, alicerçada por um caráter democrático, autônomo, com condições de solucionar tanto suas responsabilidades educacionais como as organizacionais. Como afirma Luck (2011, p.45):

A nova óptica do trabalho de direção, organização e norteamto das ações de organizações educacionais, com objetivos de promover o desenvolvimento do ensino, voltado para a formação de aprendizagens significativas e formação dos alunos, lembra a necessidade e importância de que as decisões a respeito do processo de ensino e das condições específicas para realizá-lo sejam tomadas na própria instituição. O envolvimento tanto de quem vai realizar a prática como de seus usuários, na tomada de decisão, constitui-se em condição básica da gestão democrática, efetividade de ações e autonomia da escola.

Faz-se necessário elucidar que a gestão e a organização escolar, são os principais e mais importantes meios para se atingir as finalidades do ensino. (LIBÂNEO et al, 2005).

Importante destacar que o currículo se constitui como essência do Projeto Político Pedagógico de uma escola, uma vez que integra os espaços sociais, os discursos, a organização do trabalho, dentre outros elementos que favorecem o processo de construção do conhecimento. Apenas existirá sentido, na concepção de se formar a sociedade que se quer, se a melhoria das práticas de gestão escolar, a construção de currículos e os processos democráticos se mantiverem associados a um objetivo maior, ou seja, a melhoria do ensino e da aprendizagem, fator este de maior importância para a garantia da qualidade de ensino.

## **1.2 Das teorias tradicionais às teorias críticas: conhecendo um percurso**

Para Silva (2011), as chamadas “teorias do currículo”, assim como as teorias educacionais mais amplas, estão recheadas de afirmações sobre como as coisas deveriam ser. E nesse sentido julgo explicitar que talvez mais importante de que uma busca por uma definição “fechada” de currículo, seja a busca por saber quais questões das teorias do currículo, ou sobre o discurso escolar buscam responder questões referentes, a saber, o porquê e qual conhecimento deve ser ensinado. Assim, ainda segundo Silva (2011, p. 150):

[...] depois das teorias crítica e pós-críticas não podemos mais olhar para o currículo com a mesma inocência de antes. O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confiaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso [...]. No currículo se forja nossa identidade.

Sendo assim, é fundamental transitar por cada uma das teorias curriculares, conhecendo a trajetória dessas teorias, o seu percurso e seus significados. Desta forma, conhecer o contexto social e político em que essas teorias surgem, com quais objetivos e de que maneira essas teorias são interpretadas e vistas atualmente. É necessário destacar aqui que os primeiros estudos sobre o currículo nasceram nos Estados Unidos com Bobbit, que era considerado bem tecnicista. Entretanto, havia também a teoria de Jhon Dewey, o qual influenciou inclusive a educação nos anos 1930 no Brasil.

O pensamento filosófico de John Dewey é um dos responsáveis pelo desencadeamento na renovação de ideias e práticas pedagógicas, no século XX como Escola Nova. A Escola Nova foi responsável por uma significativa mudança na chamada educação tradicional, que por sua vez era muito rigorosa, disciplinar e centrada no universo conceitual dos conhecimentos, que eram concebidos fora de qualquer finalidade utilitária. Esse tipo de educação, denominado por Dewey (1959), de “escola clássica”, demonstrava-se insuficiente frente às inúmeras transformações históricas, sociais e econômicas principalmente nos Estados Unidos, país de origem de Dewey. Era preciso pensar em outro tipo de educação voltada para o aluno.

### **1.2.1 Teorias tradicionais**

A teoria tradicional do currículo procura ser neutra, tendo como propósito identificar os objetivos da educação dentro da escola e com isso formar o trabalhador especializado ou proporcionar uma educação para a sociedade. Esse tipo de currículo é conservador, e está baseado nos princípios de Taylor<sup>1</sup>. Nesta concepção, a administração escolar é considerada semelhante ao modelo administrativo e organizacional das empresas privadas. Desta forma o currículo escolar é pensado de forma precisa, os resultados e os objetivos, os métodos e as formas de avaliação necessárias para mensurar o trabalho realizado.

---

<sup>1</sup> Com o avanço do sistema capitalista, Frederick Taylor desenvolveu em sua obra “os princípios da administração”, que continha uma série de métodos inovadores para a produção industrial. Esses métodos ficaram conhecidos como taylorismo, onde as principais mudanças focaram que o proletário deveria focar em sua parcela do processo produtivo e desempenhá-la no menor tempo possível, não precisando ter conhecimento do todo produzido. Além disso, o empregado deveria evitar o gasto de energia “desnecessário”, limitando seus atos apenas para a produção do que lhe era determinado pelo patrão. (PINTO, 2010).

Essa teoria, segundo Silva (2011), tem Bobbitt<sup>2</sup> (1918) como representante, pois este escreveu sobre currículo num momento em que o governo americano de maneira geral, começava a se envolver com a questão da educação em massa, para que com isso, a ideologia do Estado fosse mantida. Bobbitt inaugurou os estudos sobre currículo e sua proposta curricular era de que a escola funcionasse como uma empresa. Segundo Silva (2011, p.23):

[...] de acordo com Bobbit, o sistema educacional deveria começar por estabelecer de forma precisa quais são seus objetivos. Esses objetivos, por sua vez deveriam se basear num exame daquelas habilidades necessárias para exercer com eficiência as ocupações profissionais da vida adulta.

Para Bobbit, de acordo com Silva (2011) a educação deveria ser tão funcional e eficiente quanto alguma empresa econômica. Ou seja, estudioso queria transferir para a escola o modelo de organização proposto por Taylor, utilizando os princípios da administração científica. Nessa perspectiva, o currículo se transforma basicamente numa questão mecânica. O que acaba se consolidando com o paradigma estabelecido por Taylor, onde o currículo se torna decididamente estabelecido em função da organização e do desenvolvimento.

Segundo Zabala (1998), o currículo tradicional é caracterizado por uma divisão em disciplinas. E esse processo de parcialização dos conteúdos em disciplinas, conduz a saberes unitários, desconectados uns dos outros, dispersos. A teoria tradicional do currículo tem como foco a transmissão dos

---

<sup>2</sup> Bobbitt (1876-1969): Tem mérito por ter iniciado as teorizações sobre o currículo, ele entendia que o currículo era algo dado para o aluno, uma escola tradicional. Neste sentido é importante destacar que a Teoria Curricular Tradicional, nasceu em 1918 quando um estudioso Franklin John Bobbitt, escreve e publica um livro com o título "The Curriculum", esta obra inaugura o início dos estudos sobre currículo e também a corrente tradicional. Esse foi um momento na história dos Estados Unidos que estava repensando na educação, preocupados com quais seriam as finalidades e objetivos da educação escolar. Então Bobbitt propôs que a educação deveria seguir os moldes de uma indústria ou uma outra empresa. Mas para que isso acontecesse, ele disse que a escola deveria seguir o molde de organização proposto por Frederick Winsow Taylor. Taylor era um engenheiro que inventou um método de administração científica do trabalho, este ficou conhecido como taylorismo, método esse muito utilizado nas indústrias. (VARELA, 2013).

conhecimentos e a preparação moral e intelectual dos indivíduos, sem a intenção de formar sujeitos capazes de questionar, criticar.

### **1.2.2 Teorias Críticas**

Na década de 1960, em meio aos muitos movimentos sociais e culturais surgiram as primeiras teorizações questionando o pensamento e a estrutura educacional tradicional. As teorias críticas do currículo preocupavam-se em desenvolver conceitos que permitissem entender com base em uma análise marxista, o que o currículo faz, existindo aqui uma ligação entre ideologia e educação. Falar em teoria crítica remete a citar Paulo Freire, este se preocupou com a educação popular, com os problemas educacionais brasileiros e contribuiu significativamente para a teoria crítica do currículo. Segundo ele, para que acontecesse uma mudança significativa na educação, era preciso transformar a maneira como o ensino está sendo concebido, para uma forma de emancipação, como prática de liberdade.

No contexto das teorias críticas do currículo é, definitivamente um espaço de poder, e portanto, uma construção social. Seu foco está nos seguintes questionamentos: Porque este conhecimento integra o currículo e não outro? Por que alguns conhecimentos são considerados válidos e não outros? Que interesse e relações de poder contribuem para a inclusão desses conhecimentos e a exclusão de outros? (SILVA, 2011).

Para as teorias críticas do currículo, não existe uma teoria neutra, pois toda teoria está alicerçada nas relações de poder. E isso fica implícito nos conteúdos e nas disciplinas que acabam reproduzindo a desigualdade social. Nesta teoria, o currículo é percebido como um campo que traz a liberdade, o espaço cultural e social de lutas como uma guia. Como afirma Silva (2011, p. 33):

A escola contribui para esse processo não propriamente através do conteúdo explícito de seu currículo, mas ao espalhar, no seu funcionamento, as relações sociais do local de trabalho. As escolas dirigidas aos trabalhadores subordinados tendem a privilegiar relações sociais nas quais, ao praticar papéis subordinados, os estudantes aprendem a subordinação. Em contraste, as escolas dirigidas aos trabalhadores dos escalões superiores da escala ocupacional tendem

a favorecer relações sociais nas quais os estudantes têm a oportunidade de praticar atitudes de comando e autonomia.

Como ratifica Malta (2013, p. 347), “a ênfase das teorias críticas estava no significado subjetivo dado às experiências pedagógicas e curriculares de cada indivíduo”. Ou seja, que o cotidiano é observado conforme a perspectiva pessoal e subjetiva, levando em conta a maneira de como os alunos construíam seu conhecimento. SILVA, ( 2011, p. 40-41):

Na perspectiva fenomenológica<sup>3</sup>, o currículo não é, pois, constituído de fatos, nem mesmo de conceitos teóricos e abstratos: o currículo é um local no qual docentes e aprendizes têm a oportunidade de examinar, de forma renovada, aqueles significados da vida cotidiana que se acostumaram a ver como dados naturais. O currículo é visto como experiência e como local de interrogação e questionamento da experiência

Assim as perspectivas tradicionais sobre currículo, pedagogia e ensino-aprendizagem estão submetidas à fenomenologia, ou seja, à objetivos, à metodologia, à aprendizagem e à avaliação, algemando a experiência pedagógica e educacional dos professores e dos alunos. Já nas teorias críticas sobre o currículo, estes são encorajados a “aplicar sua própria experiência, ao seu próprio mundo vivido a atitude que caracteriza a investigação fenomenológica”. (SILVA, 2011, p. 41).

### **1.2.3. Teorias Pós-críticas**

No limiar do século XXI surgem as teorias pós-críticas que direcionam suas bases para um currículo no qual se vincula identidade, poder e conhecimento, com temas como raça, gênero, sexualidade, subjetividade e multiculturalismo. Para as teorias pós-críticas, as questões relacionadas a importância dos conhecimentos continuam presentes. Entretanto aqui, se

---

<sup>3</sup> A Fenomenologia é, neste século, segundo Martins, "um nome que se dá a um movimento cujo objetivo precípua é a investigação direta e a descrição de fenômenos que são experienciados conscientemente, sem teorias sobre a sua explicação causal e tão livre quanto possível de pressupostos e de preconceitos". (Martins apud Bicudo, 1994; p.15)

ênfatiza que o currículo não pode ser compreendido sem uma análise das relações de poder nas quais ele está envolvido, mas o poder nessa teoria torna-se descentrado, não havendo oposição entre poder e conhecimento. Para Silva (2011, pg. 147-148):

Com as teorias críticas aprendemos que currículo é, definitivamente, um espaço de poder. O conhecimento corporificado no currículo carrega as marcas indelévels das relações sociais de poder. O currículo é capitalista. O currículo reproduz – culturalmente – as estruturas sociais. O currículo tem um papel decisivo na reprodução da estrutura de classes da sociedade capitalista. O currículo é um aparelho ideológico do Estado capitalista. O currículo transmite a ideologia dominante. O currículo é, em suma um território público.

Com as teorias pós-críticas, o mapeamento do poder é amplo, pois inclui os processos de dominação concentrados na raça, na etnia, no gênero, na sexualidade. Nesse sentido, a teoria pós-crítica traz a perspectiva de que o currículo é algo que gera uma relação de gêneros, pois o que predomina é a cultura patriarcal. Este tipo de currículo está fundamentado nos estudos pós-estruturalistas, que acreditam que o conhecimento é algo indeterminado, questionando o conceito de verdades, pois leva em consideração o processo pelo qual se tornou verdade. (SILVA, 2011) .

As teorias pós-críticas abordam com ênfase as preocupações com a diferença, com as relações saber-poder no âmbito escolar, o multiculturalismo, as diferentes culturas raciais e étnicas, enfim, não é uma questão de superação da teoria crítica, mas segundo Silva (2011, p. 147),

[...] a teoria pós-crítica deve se combinar com a teoria crítica para nos ajudar a compreender os processos pelos quais, através de relações de poder e controle, nos tornamos aquilo que somos. Ambas nos ensinaram, de diferentes formas, que o currículo é uma questão de saber, identidade e poder.

Ou seja, nessa perspectiva o currículo é tido como algo que produz uma relação de gêneros. Essa teoria critica a desvalorização do desenvolvimento cultural e histórico de alguns grupos étnicos e os conceitos da modernidade, como razão e ciência. Esse currículo é fundamentado no pós-estruturalismo que acredita que o conhecimento é algo incerto e indeterminado. Questiona

também o conceito de verdade, já que leva em consideração o processo pelo qual algo se tornou verdade.

A seguir apresentamos um quadro com base em Silva (2011) que resume os principais conceitos tratados em cada uma das teorias de currículo<sup>4</sup>.

Quadro 01- Síntese das teorias de currículo

| <b>Teorias Tradicionais</b> | <b>Teorias Críticas</b>      | <b>Teorias Pós-críticas</b>       |
|-----------------------------|------------------------------|-----------------------------------|
| Ensino                      | Ideologia                    | Identidade, alteridade, diferença |
| Aprendizagem                | Reprodução cultural e social | Subjetividade                     |
| Avaliação                   | Poder                        | Significação e discurso           |
| Metodologia                 | Classe social                | Saber – poder                     |
| Didática                    | Capitalismo                  | Representação                     |
| Organização                 | Relações sociais de produção | Cultura                           |
| Planejamento                | Conscientização              | Gênero, raça, etnia, sexualidade  |
| Eficiência                  | Emancipação e libertação     | Multiculturalismo                 |
| Objetivos                   | Currículo oculto             |                                   |
|                             | Resistência                  |                                   |

Fonte: quadro elaborado pela autora com base em Silva (2011).

#### **1.2.4 Identidade, saber e poder: significações do currículo**

As teorias do currículo desempenham diversas funções e se convertem em mediadores ou em expressões da mediação entre o pensamento e a ação em educação. Essas teorias se convertem em referenciais ordenadores das concepções sobre a realidade que abrangem e

---

<sup>4</sup> Uma teoria define-se pelos conceitos que utiliza para conceber a “realidade” [...] “assim, uma forma útil de distinguirmos as diferentes teorias do currículo é através dos conceitos que elas empregam. Neste sentido, as teorias críticas do currículo, ao deslocar a ênfase dos conceitos simplesmente pedagógicos de ensino e aprendizagem para os conceitos de ideologia e poder, Por exemplo, nos permitiram ver a educação de uma nova forma. Da mesma forma, ao enfatizarem o conceito de discurso em vez do conceito de ideologia, as teorias pós-críticas de currículo efetuaram outro importante deslocamento na nossa maneira de conceber o currículo”. (SILVA, 2011, p. 17).



passam a ser formas, ainda que indiretas, de abordar os problemas práticos da educação.

Algumas teorias sobre o currículo apresentam-se como teorias tradicionais, que pretendem ser neutras, científicas e objetivas, enquanto outras, chamadas teorias críticas e pós-críticas, argumentam que nenhuma teoria é neutra, científica ou desinteressada, mas que implica relações de poder e demonstra a preocupação com as conexões entre saber, identidade e poder. Uma primeira consequência desse enfoque é a de que o professor, tanto quanto os alunos, é destinatário do currículo. (SILVA, 2011).

É possível constatar de acordo com Silva (2011), que nas primeiras discussões sobre o currículo, teve um papel burocrático e mecânico, com questões relacionadas a procedimentos, técnicas, métodos e avaliação, comparando sempre a escola a uma empresa. As teorias tradicionais se apresentam, como neutras, científicas e desinteressadas, já que os saberes dominantes representam a existência do que ensinar e as técnicas existentes, são definidas cientificamente, servem justamente para que o ensino se realize. Nesse sentido o que restava apenas era transmissão do conhecimento inquestionável, de forma bastante organizada, utilizando-se, para tanto, das técnicas desenvolvidas pela ciência.

As teorias críticas e pós-críticas não aceitam esses argumentos e hipóteses, apresentando assim o questionamento sobre o porquê de se trabalhar determinados conhecimentos e não outros, tentando desmitificar a ideologia oculta sobre o rótulo da neutralidade científica e privilegiando outras características, como priorizar as discussões relacionadas ao currículo escolar.

Nesse sentido, essas teorias surgiram para que se repensasse este papel, que se diz neutro no currículo tradicional, e questionar a pura transmissão de conhecimentos elaborados por um determinado grupo. As teorias críticas, por sua vez, atacaram as perspectivas empíricas sobre o currículo tradicional. (VARELA, 2013).

Compreender as teorias do currículo é imprescindível para que se entenda a história do currículo e os diferentes interesses que circulam a construção de um currículo escolar, proporcionando assim uma visão mais crítica a respeito dos currículos e o que se precisa mudar é organizar de maneira mais adequada com o contexto onde este se encontra. Para Silva

(2011), a noção de currículo oculto é importante destacar, embora este não se constitua como uma teoria propriamente dita, este exerceu de forma implícita uma forte atração em quase todas as teorias iniciais sobre o currículo. Neste sentido:

O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para as aprendizagens sociais relevantes. [...] para a perspectiva crítica, o que se aprende no currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações que permitem que crianças e jovens se ajustem da forma mais conveniente às estruturas e às pautas de funcionamento, consideradas injustas e antidemocráticas e, portanto, indesejáveis, da sociedade capitalista. (SILVA, 2011, p. 78-79).

De maneira mais ampla, através do currículo oculto se compreende melhor os valores e as atitudes de outros espaços sociais, de gênero, raça, enfim. E dentro da escola isto se torna fundamental, pois é através das relações sociais estabelecidas na escola, da organização do espaço e tempo, das regras e rituais, regulamentos e normas que se encontrará o currículo oculto. Com isso o currículo oculto cumpriu um papel de destaque nas teorias críticas, pois discriminou de certa forma uma operação fundamental de análise sociológica, descrevendo os processos sociais que moldam a subjetividade dos alunos e professores, sem um conhecimento explícito, consciente. O que acaba se desconstituindo e enfraquecendo com tal conceito de currículo oculto, na era neoliberal, onde a subjetividade está explícita através dos valores do capitalismo, não existindo quase nada oculto dentro dos currículos escolares. (SILVA, 2011).

Nesse sentido, me parece ser necessário discutir as políticas públicas de educação, no que diz respeito principalmente aos processos de gestão, e de construção do currículo escolar. Só assim pode-se tentar entender os aspectos legais que deliberam a gestão escolar e o currículo da escola, que trazem a tona aspectos para que esses processos sejam garantidos de maneira democrática dentro do ambiente escolar. O que será tratado no próximo capítulo.

## CAPÍTULO II

### A PRESENÇA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NOS CURRÍCULOS ESCOLARES E NO PROCESSO DE GESTÃO

Uma vez tendo compreendido as diferentes teorias sobre o currículo apresentadas, pode-se compreender o papel da política no currículo escolar e também que esse currículo não é neutro. Entendo que, ao analisar o currículo de uma maneira mais prática e objetiva, compreende-se que este se torna peça chave fundamental para a organização da ação pedagógica e implementação de um processo de gestão democrática dentro da escola. Conforme afirma Prado (2000, p.94):

Relativamente à questão curricular e à qualidade da educação, pode-se dizer que currículos compreendem a expressão dos conhecimentos e valores que uma sociedade considera que devem fazer parte do percurso educativo de suas crianças e jovens. Eles são traduzidos nos objetivos que se deseja atingir, nos conteúdos considerados os mais adequados para promovê-los, nas metodologias adotadas e nas formas de avaliar o trabalho desenvolvido. A definição de quais são esses conhecimentos e valores vem sendo modificada nos últimos anos, devido às demandas criadas pelas transformações na organização da produção e do trabalho e pela conjuntura de redemocratização do país. Portanto, a meta de melhoria da qualidade da educação impôs o enfrentamento da questão curricular como aquilo que deve nortear as ações das escolas, dando vida e significado ao seu projeto educativo.

Nessa lógica, acredito que a operacionalização dos princípios que são norteadores para uma formulação de políticas curriculares dos diversos níveis e modalidades de ensino, necessita de um envolvimento coletivo, ou seja, uma análise e discussão que envolva todos os sujeitos no âmbito escolar. A partir disso, será relacionado o que é relevante para o contexto em que a escola está inserida, ou seja, serão selecionados os conhecimentos que são relevantes e significativos para aquela comunidade escolar possa desempenhar seu papel frente à sociedade.

Nesse sentido, Veiga (2006) nos diz que a escola é o lugar de concepção, realização e avaliação do seu processo educativo, pois necessita organizar seu trabalho pedagógico, pensando em seus alunos e levando em conta princípios que são norteadores da construção do seu projeto político

pedagógico, que irão fortalecer a democracia na escola. Destaca Saviani apud Veiga (2006, p. 16),

Portanto, só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e democracia como realidade no ponto de chegada.

Logo a presença das políticas públicas são fundamentais para nortear o trabalho pedagógico das escolas, pois as questões de igualdade de oportunidade, qualidade, gestão democrática, liberdade e valorização do magistério, são princípios fundamentais para a garantia da qualidade da educação. (VEIGA, 2006). Acredito ser fundamental destacar aqui que no âmbito escolar o currículo também é uma construção política, alicerçada na regulação e globalização, como uma forma de administrar o contexto. Por isso, currículo e gestão interrelacionam-se de modo significativo, sobretudo quando se considera que o currículo e a escola se tornaram num objeto explícito de ação social. Nesse sentido, Pacheco (2011, p. 979-380):

Por sua vez, o modelo das racionalidades contextuais adquire sentido com os trabalhos no âmbito da teoria crítica e das abordagens pós-modernistas e pós-estruturalistas, contribuindo para a emergência de uma teorização curricular crítica, emancipatória, cujos traços de identificação têm sido marcados pela pluralidade de propostas teóricas e pela ausência de contributos práticos. [...] Daí que a discussão do papel do Estado na construção das políticas de educação e formação, em nome de uma escola pública, é fortemente legitimada pelo desejo de aplicar os conhecimentos adquiridos no campo da administração à educação.

Neste caso julgo ser importante ressaltar que o currículo e a gestão escolar são diferentes áreas do conhecimento no âmbito educacional, a ligação das duas áreas se dá pelo intermédio da política. Entretanto, ambos transcorrem de maneira independente, nos dando a possibilidade da análise de suas relações. Todavia, para a construção de um currículo crítico, necessita-se da presença de uma gestão que seja democrática, que esteja engajada com uma aquisição do saber que é construído historicamente.

## 2.1 Currículo escolar e o processo de gestão

Para Moreira (2013), a qualidade em um currículo deriva principalmente da transação, reflexão, colaboração e análise crítica dos documentos oficiais, e de uma conversa constante entre os sujeitos envolvidos no processo, ou seja, gestores, professores, alunos e comunidade escolar, quer dizer, todos aqueles que desempenham algum papel tanto no planejamento, quanto na construção e execução do currículo.

As políticas públicas educacionais estão diretamente ligadas ao Neoliberalismo e nesse sentido o currículo é peça fundamental, ou seja, é tido como um instrumento, pois através dele, pode-se manter a manutenção das estruturas sociais.

Com isso é imprescindível apropriar-se da Resolução nº4<sup>5</sup>, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica<sup>6</sup>. (BRASIL, 2010).

De acordo com as definições do Ministério da Educação (MEC) a Educação Básica é o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum e indispensável para o exercício da cidadania e fornecer os meios para progredirem no trabalho e nos estudos posteriores. Atualmente, segundo MEC/ SEB (Secretaria de Educação básica), (2014), os documentos que norteiam a educação básica são a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação para os anos 2011- 2020, aprovada em julho deste ano. Outros documentos

---

<sup>5</sup> “De acordo com o Art 1º a presente resolução define as Diretrizes Nacionais e Gerais par o conjunto orgânico, seqüencial e articulado das etapas e modalidades da Educação Básica, baseando-se no direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, na vivencia e convivência em ambiente educativo, e tendo como fundamento a responsabilidade que o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir a democratização do acesso, a inclusão, a permanência e a conclusão com sucesso das crianças, dos jovens e adultos na instituição educacional, a aprendizagem para a continuidade dos estudos da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica”.

<sup>6</sup> “Segundo o art. 21 da resolução nº4 de 2010, a educação básica está dividida em etapas que são correspondentes a diferentes etapas do desenvolvimento educacional: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio”.

fundamentais são a Constituição da República Federativa do Brasil e o Estatuto da criança e do Adolescente.

As Diretrizes curriculares nacionais têm como objetivo, sistematizar os princípios e as diretrizes gerais da Educação básica contidos na LDB e na Constituição, para assegurar a formação básica, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola. Evidenciando o seu papel de indicador das opções sociais, culturais, educacionais e políticas. Importante destacar ainda deste documento o Capítulo I, art. 13 que dispõem das formas para a organização curricular e o art. 43 que salienta que os elementos constitutivos para a operacionalização das diretrizes são o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar, o Sistema de avaliação, a gestão democrática, a organização da escola, o professor e o programa de formação docente.

De acordo com os princípios e fundamentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais:

Na sociedade democrática, ao contrário do que ocorre nos regimes autoritários, o processo educacional não pode ser instrumento para a imposição, por parte do governo, de um projeto de sociedade e de nação. Tal projeto deve resultar do próprio processo democrático, nas suas dimensões mais amplas, envolvendo a contraposição de diferentes interesses e a negociação política necessária para encontrar soluções para os conflitos sociais. [...] É papel do Estado democrático investir na escola, para que ela prepare e instrumentalize crianças e jovens para o processo democrático, forçando o acesso à educação de qualidade para todos e às possibilidades de participação social. Para isso faz-se necessária uma proposta educacional que tenha em vista a qualidade da formação a ser oferecida a todos os estudantes. O ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente expressa-se aqui como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem. (BRASIL, 1997, p. 27).

Acredito que a Gestão democrática seja considerada uma das maiores conquistas políticas para o exercício da administração das escolas públicas no Brasil. Porém, para que aconteça uma educação de qualidade para todos, é fundamental que a escola pública construa e revise periodicamente com toda

sua comunidade escolar o seu projeto político pedagógico, sempre amparado nas determinações expressas na LDB/96. Como nos artigos:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua **proposta pedagógica**; [...].

Art. 13. [...].

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da **gestão democrática** do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (grifo nosso).

Nesse sentido, será possível alcançar o objetivo de compreender os aspectos legais que orientam a Gestão Escolar, principalmente sobre a organização escolar e curricular da Educação Básica. Enfatizando assim, a importância do estudo das determinações legais expressas pela LDB/96, referentes aos aspectos inerentes da Educação Básica que tratam da composição dos níveis escolares, das disposições gerais, passando pelo seu calendário e organização curricular, aspectos da Gestão Democrática e sobre a construção dos Projetos Políticos Pedagógicos.

Os artigos 21 à 28 da LDB/96 tratam de maneira ampla dos níveis de ensino, do funcionamento do sistema escolar dando destaque para a finalidade da Educação Básica, e sua organização escolar e curricular. Para um melhor entendimento as atribuições prescritas na LDB/96 sobre os níveis de ensino e modalidades, concomitantes com as Resoluções que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais destes níveis e modalidades de ensino, emitidas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, servem de guia e de orientação geral para todas as instituições públicas de ensino, orientando-as sobre seu currículo e seu processo de gestão. (BRASIL, 1996).

Com isso, observa-se que a gestão democrática deve fazer parte do ensino público, observando as leis maiores e as da instituição de ensino. Possibilitar o acesso e transformação social através de saberes sistematizado pela humanidade é função da Escola Pública. Assim, o coletivo escolar tem a responsabilidade de garantir que o conhecimento seja oferecido com qualidade

estimulando o domínio de conteúdo e formação intelectual do aluno. Com relação às normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, os sistemas de ensino devem seguir princípios de participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola e participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares. (BRASIL, 1996).

Sendo assim, e entendendo a presença das políticas públicas de educação nos currículos escolares e no processo de gestão, no próximo capítulo será tratado as duas formas de implicações que o currículo traz consigo, ou seja, as implicações que o próprio currículo traz para a escola, e as implicações que a escola traz para dentro do currículo.



### **CAPÍTULO III**

#### **IMPLICAÇÕES “NO E DO” CURRÍCULO NO AMBIENTE ESCOLAR**

As implicações que a escola gera no currículo e as implicações que o currículo gera no ambiente escolar são questões necessárias a serem discutidas, e com isso surgem outros fatos importantes a discorrer, como, a escola como um espaço público, a gestão da escola e o papel do currículo no projeto político pedagógico, o projeto político pedagógico e o regimento escolar, os sistemas de avaliação, a gestão democrática e a forma de organização da escola, os professores e os programas de formação docente.

#### **3.1 A escola como espaço público**

Se a ampliação das funções da escola fundamental propicia a explicitação do caráter político da experiência pedagógica, isso se deve à intensificação das relações pessoais, comunitárias e educacionais que ela proporciona e que é a base para a ligação da escola e do currículo com o mundo de fato e, portanto, com a dimensão política. No entanto, de que maneira essa explicitação do político pode se dar na relação pedagógica sem descaracterizá-la, destituindo-a de seu papel educativo básico? (MOREIRA, 1999, p.125).

A percepção de educação que assume um cunho político com relação ao pedagógico orienta-se como uma proposta de fortalecimento da escola. Podendo a partir disso, resultar numa reassimilação quanto ao seu papel frente à sociedade, sendo capaz de produzir cidadãos emancipados. Ainda de acordo com Moreira (1999, p. 127) “uma educação escolar que propicie essas ações é uma educação que adquire consciência sobre as questões de poder que a permeiam”. Pois os pressupostos que autor chama de uma “relação pedagógica politizada”, destinam de certa forma a um currículo mais esclarecido, debatido. Nesse sentido e em relação às práticas pedagógicas, sugere-se uma atuação primordial nos aspectos sociais e de maneira cada vez mais constante, para que o papel civilizatório da escola, em direção à democracia, possa ser cumprido. (MOREIRA, 1999).

Sabe-se que a (re) formulação de um currículo enreda-se numa vasta gama de valores, que vai desde o social, a formação e visão de mundo dos agentes envolvidos nesse trabalho, até a racial, onde os profissionais da

educação prendem-se na determinação de materiais prontos. Logo não possuindo uma característica fundamental para quem deseja construir um currículo capaz de criar cidadãos democráticos, a possibilidade de questionar, problematizar e discutir “o que”, “para que” e “de que maneira” ensinar. (SILVA, 2011).

Através dessa característica, consegue-se assegurar o cumprimento de um processo de ensino e aprendizagem, conduzido e orientado como fruto de uma gestão democrática, que elucide o princípio da escola e que cumpra seu papel social, com o desenvolvimento integral de seus alunos.

Paro (2007), diz que a instituição escolar ainda está presa a um currículo de caráter informativo, pois ignora na maioria das vezes o contexto social de seus educandos. Desse modo, como função de educar para a democracia, formando cidadãos, a escola acaba se omitindo, pois acaba trabalhando dentro da escola o sistema de produção industrial capitalista, ou seja, recai na perspectiva das teorias tradicionais do currículo.

### **3.2 A gestão escolar e o papel do currículo no PPP<sup>7</sup>**

A responsabilidade da gestão escolar é a orientação da escola, para que faça cumprir a função de garantir o acesso ao conhecimento de seus alunos. Nesse sentido a gestão deve zelar pela qualidade nos processos educativos, incluindo a construção do Projeto Político Pedagógico da escola. Para isso a gestão precisa olhar a escola abrindo possibilidades para que esta se renove e cumpra tal função. Uma vez que se faz necessário a renovação, reinvenção na busca do cumprimento dos objetivos da escola. E isso só será capaz, se além do conhecimento cotidiano da instituição escolar, a gestão busque fundamentação teórica, podendo assim intervir e avaliar se há ou não o cumprimento de seus objetivos. Assim, a gestão escolar faz uso de algumas ferramentas para que o desenvolvimento das atividades planejadas seja satisfatório, como o Projeto Político Pedagógico.

---

<sup>7</sup> Quando me referir a PPP no trabalho, estou querendo dizer “ Projeto Político pedagógico”.

O Projeto Político Pedagógico nada mais é do que uma ferramenta de gestão, que deve ser caracterizada de maneira a coordenar, planejar e avaliar o cotidiano escolar, com a realidade atual, fazendo com que a escola esteja pronta para enfrentar os desafios diários dentro da instituição. Este projeto deve se preocupar de forma ética e comprometida para atender aos anseios da comunidade escolar (alunos, pais, professores), favorecer a formação continuada de seus professores e a formação integral de seus alunos. (VEIGA, 2006).

### **3.3 Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar**

O Projeto Político Pedagógico (PPP) representa muito mais que um simples documento dentro do ambiente escolar. Este é um dos meios capazes de viabilizar a escola democrática de qualidade para todos. É através da construção do PPP e do Regimento escolar, que a instituição expressará sua autonomia e sua identidade. Pois nestes documentos, estará manifestado o ideal de educação que permitirá a democracia de ordenação pedagógica das relações para a escola. Logo cabe então à escola a articulação e formulação do seu PPP, levando sempre em conta os planos de educação regidos em nosso país. O PPP representa uma maneira de organizar o trabalho pedagógico da escola, facilitando assim a busca pela melhoria da qualidade do ensino. (VEIGA, 2006).

Nesse sentido é necessário destacar que a elaboração do PPP passa pela autonomia da escola e pela sua capacidade de delinear sua identidade, devendo ficar claro que a escola é um espaço público, lugar de debate e diálogo, fundamentado na reflexão coletiva. Esta elaboração necessita de um referencial que a fundamente, ou seja, os alicerces estão nos pressupostos da teoria pedagógica (VEIGA, 2006).

O regimento escolar constitui-se em um dos instrumentos responsável pela execução do PPP. O regimento deve ser discutido e aprovado por toda a comunidade escolar e deve ser conhecido por todos, pois este documento trata da natureza e da finalidade da instituição, da relação da gestão democrática com os órgãos colegiados, as atribuições desses órgãos, incluindo os critérios

de acesso, promoção, mobilidade, dos direitos e deveres de estudantes, professores, gestores, famílias. (BRASIL, 2010).

### **3.4 Sistema de avaliação**

De acordo do o artigo 46 da Resolução nº4, de 13 de julho de 2010, a avaliação no ambiente escolar circunda três dimensões básicas:

- Avaliação da aprendizagem;
- Avaliação institucional interna e externa;
- Avaliação de redes de Educação Básica; (BRASIL, 2010).

A avaliação da aprendizagem está baseada na concepção educacional que norteia a relação do professor – estudante – conhecimento, devendo ser um ato de reconstrução da prática pedagógica avaliativa uma premissa básica e necessária para se questionar o modo de educar. A avaliação da aprendizagem tem como alusão um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e emoções que são redimensionados a cada etapa, bem como no Projeto Político Pedagógico (PPP). (BRASIL, 2010).

A avaliação institucional interna deverá ser prevista no PPP e detalhada no plano de gestão escolar. Deve levar em conta as orientações contidas na regulamentação vigente, o que pressupõe delimitação de indicadores que devem ser compatíveis com a missão da escola, além de ter clareza quanto a qualidade da aprendizagem dentro da escola. Segundo Brasil, (2010), a avaliação das redes de educação Básica deve ocorrer periodicamente, e deve ser realizada por órgãos externos a instituição. Esses resultados irão sinalizar para a sociedade se a escola apresenta qualidade suficiente para continuar funcionando da mesma maneira que está. (BRASIL, 2010).

### **3.5 Gestão democrática e a organização da escola**

A gestão democrática implica necessariamente em repensar a postura da estrutura de poder da escola, tendo como foco, basicamente a sua socialização, propiciando assim a participação coletiva. De acordo com a resolução nº 4, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a

Educação Básica, a gestão democrática é um pressuposto da organização e da gestão da escola, entender que a organização e a gestão do espaço, das pessoas, do processo e procedimentos devem viabilizar o trabalho que já está expresso no PPP.

De acordo com Veiga (2006, p. 17):

Gestão democrática é um princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as dimensões pedagógicas, administrativa e financeira. Ela exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não permanência do aluno na sala de aula. [...] Esse compromisso implica a construção coletiva de um projeto político pedagógico ligado à educação das classes populares.

A gestão democrática é um instrumento que a escola possui para em seu exercício empenhar para construir um espaço de diferença e pluralidade, fundamentando-se num princípio educativo que seja emancipador, expresso na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

### **3.6 O professor e o programa de formação docente.**

A valorização dos profissionais da educação estão entre os princípios definidos para a educação nacional. Compreendendo que valorizar os professores significa também valorizar a escola, com suas peculiaridades, ou seja, sua gestão e suas questões éticas, social, ambiental e educativa. A valorização dos profissionais da educação está vinculada à obrigatoriedade da garantia da qualidade, e ambas se associam aos programas de formação inicial e continuada. Estes programas que são vinculados às diretrizes, preparam os profissionais da educação para o desempenho de suas atribuições. (BRASIL, 2010).

No artigo 58 da Resolução nº4, de 13 de julho de 2010, a formação inicial para cursos de licenciatura, não esgota o desenvolvimento de saberes, conhecimentos e habilidades referidas, por isso este deve estar contemplado no PPP da escola. O sistema educativo deve orientar para que os projetos de formação profissional sejam formas de incentivo e autonomia para o professor,

definição de indicadores da qualidade social da educação e consolidação da identidade dos profissionais da área da educação. (BRASIL, 2010).

Aqui é importante salientar que a escola como espaço público, a gestão escolar e o papel do currículo no Projeto Político Pedagógico (PPP), o PPP e o regimento escolar, os sistemas de avaliação, a gestão democrática e a organização da escola, o professor e os programas de formação docente, são reflexões que não cessam aqui. A maneira como foram abordadas, são para que possamos pensar a respeito das diversas implicações acerca do currículo no ambiente escolar, e foi me referindo a esse pano de fundo que me propus discutir as questões até aqui levantadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento das teorias sobre currículo se faz importante para compreendermos a história e os interesses que envolvem a sua construção, a fim de que percebamos com olhar mais crítico nossos currículos, o que eles trazem e fazem e em que precisam ser reelaborados, com vistas a promover mudanças. Nesse sentido no decorrer da realização deste trabalho, busquei através de um embasamento teórico consistente, construir uma fundamentação que me possibilitasse tecer reflexões e análises sobre as questões referentes ao currículo escolar e suas interferências junto aos processos de gestão democrática no desenvolvimento das atividades escolares.

Com isso passei a refletir sobre o conceito de currículo, a pluralidade teórica que o rodeia e o seu papel nos processos de produção e reprodução social. Busquei analisar a presença das políticas públicas de educação nos currículos escolares e nos processos de gestão e também as implicações inerentes da escola que interferem no currículo escolar e as implicações inerentes do currículo que interferem na gestão escolar.

O quadro teórico que utilizei, tendo o objetivo de clarificar as questões suscitadas por este trabalho, me possibilitou uma imersão acerca da temática abordada, oportunizando a reflexão nos diversos pontos levantados no decorrer da pesquisa como, estudar o processo de gestão democrática na escola e as implicações no currículo escolar, refletir sobre conceitos, analisar questões referentes à escola como espaço público, o papel do currículo do Projeto Político Pedagógico, enfim...

Julgo que a escola deve ser vista e deve se perceber como uma instituição que está inserida na sociedade, e por isso reflete no seu interior as determinações e contradições desta sociedade. Desta forma, a construção de seu currículo deve estar pautada em diálogo, ações, finalidades e com objetivos claros, contemplando os anseios e desejos do novo pensar da prática pedagógica e organizacional desta sociedade. Pois o processo de uma escola democrática deve estar direto e constantemente influenciando o currículo e

sendo influenciada por este. A luta da escola deve ser a descentralização em busca de uma autonomia e qualidade, sendo que a organização do trabalho pedagógico da escola tem a ver com a organização da sociedade.

Como qualquer processo de investigação, esse trabalho não oferece um conhecimento definitivo, mas considerações acerca do tema abordado, contribuindo com possibilidades de reflexões e transformações no ambiente educacional e também suscitando a possibilidade de mais estudos pertinentes sobre o tema.



## REFERÊNCIAS:

BICUDO, M. A. V. Sobre a Fenomenologia. In: BICUDO, M. A. V., ESPÓSITO, V. H. C. (orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Educação**. Piracicaba: Unimep, 1994.

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. **Gestão da educação: o município e a escola**. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. Da S. **Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 147.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania**. Brasília/DF. V.1, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental.. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental - Brasília/DF: MEC/SEF, 1997, 126p.**

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 8ªed.-Brasília: Câmara dos deputados.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº4 de 13 de julho de 2010**, que estabelece define as diretrizes curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. CNE/CP.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Saberes docentes e autonomia dos professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DEMO Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GADOTTI, M. **Construindo a escola cidadã, projeto político pedagógico / Secretaria de educação a distância**. Brasília: MÊS /SEED. 1998.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F; TOSCHE, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2005.

LUCK, H. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. 7ª edição. Rio de Janeiro, 2011.

MALTA, Shirley Cristina Lacerda. **Uma abordagem sobre currículo e teorias afins visando à compreensão e mudança**. Espaço do Currículo, v.6, n.2, p.340-354, Maio a Agosto de 2013. <disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/viewFile/3732/9757>> acesso em 28 de outubro 2014.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura**. [Antônio Flávio Barbosa Moreira, Vera Maria Candau]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. 1999. 48 p.

\_\_\_\_\_, A. F. B. **Currículo e gestão: propondo uma parceria**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 547-562, jul./set. 2013

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. Tradução de Maria Aparecida Baptista. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PACHECO, José Augusto. **Currículo e gestão escolar no contexto das políticas educacionais**. RBP AE – v.27, n.3, p. 361-588, set./dez. 2011.

PARO, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 88p.

PRADO, Iara Glória Reias. **O MEC e a reorganização curricular**. São Paulo Perspec. Vol.14 nº.1, São Paula , Jan./Mar. 2000. Pg. 94 -97 <disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000100011>> acesso em 29 de setembro 2014.

SANTOS, L. L. C. P. e MOREIRA, A. F. Currículo: Questões de Seleção e de Organização do Conhecimento. In: TOZZI, Devanil et alli. **Currículo, Conhecimento e Sociedade**. São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da educação. 1995. p. 47-63.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4ª edição. Revista Atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VARELA, Bartolomeu Lopes. **O currículo e o desenvolvimento curricular: concepções, praxis e tendências**. Edições UniCV. Praia, Cabo Verde, 2013.

VEIGA, Ilma Passos (org.). **Projeto político-pedagógico da Escola: uma construção possível**. 22ª Ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2006.

ZABALA, A. **A prática educativa – como ensinar**. Ed. Art. Médicas – Porto Alegre, RS, 1998.